

Método pragmático de interpretação da Bíblia

1. A Identificação do Lugar

Como escreve Georgia Green num recente manual de Pragmática, «a pragmática linguística coloca-se na intersecção de numerosos campos de investigação que estão dentro e fora dos limites da ciência cognitiva: não só a linguística, a psicologia cognitiva, a antropologia cultural e a filosofia (lógica, semântica, teoria da acção), mas também a sociologia (dinâmica interpessoal e convenções sociais) e a retórica»¹.

De facto, há, da parte dos autores, unanimidade em detectar uma pluralidade de confluências: desde a tríplice matriz filosófica constituída pelo 'Pragmatismo americano', o 'Empirismo lógico' e a 'Ordinary Language Philosophy', a algumas discussões de base marxista; desde elementos do domínio da psicologia e da sociologia, ao desenvolvimento da gramática transformacional².

Pela relevância que lhe é reconhecida³, determo-nos-emos na análise da tríplice matriz filosófica que está na origem da Pragmática linguística.

¹ G. M. GREEN, *Pragmatica*, Padova, Franco Muzzio, 1990, p.2.

² Cfr. B. S. LANGE, *Linguistica pragmatica*, Bologna, Il Mulino, 1980, p.29-77.

³ Cfr. J. D. CAPARRÓS, *Literatura y actos de lenguaje* in J. A. MAYORAL, (ed), *Pragmática dela comunicación literaria*, Madrid, Arcos, 1987, p.83-85.

1.1. A descrição da memória

No 'Pragmatismo americano'⁴ destacam-se os nomes de Charles Peirce e de Morris. Peirce fundou uma doutrina das relações dos sinais⁵ que Morris, na sua teoria semiótica, desenvolveu, chegando à famosa tríade relacional: a sintática (a relação formal dos sinais entre si), a semântica (a relação entre os sinais e os objectos aos quais eles são aplicáveis) e a pragmática (a relação entre o sinal e o intérprete).

No 'Empirismo lógico', que deve a sua origem ao denominado 'Círculo de Viena', temos como autores mais significativos Carnap, Russell e o jovem Wittgenstein (o do *Tractatus logicus philosophicus*). Estes filósofos defendiam que na raiz de muitos problemas filosóficos o que se encontrava era um problema de tipo linguístico, sendo portanto necessário conseguir a máxima precisão neste domínio. Deste modo instituiu-se como objectivo magno a construção de uma língua científica em que a forma das frases lógicas fosse a mesma para todos os ramos da ciência.

Carnap (*Introduction to Semantics*, 1942), retomando o esquema semiótico proposto por Morris, defende para a pragmática um papel mais vasto que o atribuído à sintática e à semântica, pois a pragmática é a base de tudo o que concerne à linguística.

Por seu lado, a 'Ordinary Language Philosophy' partilhando também com os autores do 'Empirismo lógico' a ideia que muitos problemas que interessaram à filosofia são simplesmente problemas que dizem respeito ao uso da língua, procura não a construção de uma língua científica, mas analisa a língua comum, ordinária, de todos os dias: «a língua quotidiana é estudada de modo propositalmente não pretensioso, quase ensaístico, em relação aos seus

⁴ Pode dizer-se que o 'Pragmatismo americano' nasceu no seio do «Metaphysical Club» de Boston (1872-1874), ao qual pertenciam C. Wright, Peirce e James. Abrange uma área muito vasta de temáticas: 'Teoria da significação', 'Teoria da «natureza da verdade»', 'Teoria do critério da validade de um juízo', 'Pragmatismo como teoria ontológica', etc.

Junto ao pragmatismo 'clássico' dos autores acima citados, podem incluir-se os trabalhos semióticos de Morris. (cfr. J. F. MORA, *Diccionario de Filosofia (c. Pragmatismo)*, Madrid, Alianza, 1990, p.2656-2658).

⁵ O *sinal* enquanto tal tem três relações: (1) É um sinal em relação *com* um pensamento que o interpreta; (2) É um sinal *para* um objecto para quem tem o mesmo significado naquele pensamento; (3) É um sinal *por* uma qualidade que o liga àquele objecto. (cfr. B. S. LANGE, *op.cit.*, p.31).

erros para o uso linguístico filosófico»⁶. A finalidade é aquilo a que Brigitte Lange chama «intenção filosófico-terapeùtica»⁷.

2. Como fazer coisas com palavras

2.1. O significado de uma palavra coincide com o seu uso

Um marco importante para esta viragem, que se reflecte no rumo do seu próprio projecto filosófico, é o do Wittgenstein das *Philosophischen Untersuchungen*, que rompe com as teorias expressas no seu anterior *Tractatus*.

Aqui⁸, o filósofo de Viena, escreve que o significado de uma palavra coincide com o seu *uso* na língua. Não há nada oculto na língua. Basta abrir o olhos e ver como funciona. Não há que perguntar-se, pois, pelas significações: há sim que perguntar-se pelos *usos*.

Wittgenstein defende também que não há propriamente ‘a linguagem’, mas sim ‘linguagens’, e que estas são «formas de vida». O que nós chamamos ‘linguagem’ são ‘jogos de linguagem’.

Um dos numerosos ‘jogos de linguagem’ serve para descrever. Mas há muitos outros: para perguntar, para consolar, para adivinhar, para traduzir, para maldizer, para rezar... Não existe uma função da linguagem, do mesmo modo que não existe uma função de uma caixa de ferramentas. Uma peça de ferramenta serve para serrar, outra para martelar, etc. Não existe uma função comum das expressões de linguagem; o que temos são inumeráveis classes de expressões e de modos de usar as palavras, incluindo as mesmas palavras ou o que parecem ser as mesmas. Do mesmo modo, não há algo comum aos ‘jogos de linguagem’: o que há apenas são ‘semelhanças’, ‘ares de família’, que se combinam, intercambiam, entrecruzam. Não há nada oculto por detrás dos ‘jogos de linguagem’: os ‘jogos de linguagem’ são o *uso* que se faz deles, os modos como servem nas «formas de vida».

⁶ B. S. LANGE, *op.cit.*, p.41.

⁷ *Ibid.*, p.39.

⁸ Cfr. L. WITGENSTEIN, *Investigazioni Filosofiche*, Milano, Adelphi, 1986.

2.2. Dizer é fazer algo

Mas o principal mentor da 'Ordinary Language Philosophy' é, sem dúvida, Austin, autor de uma obra fundamental, *How to do things with words* (1962). Ele começa por colocar as afirmações no quadro dos chamados enunciados constativos (enunciados declarativos, que têm «a propriedade de ser verdadeiros ou falsos»⁹) e chama, seguidamente, a atenção para um outro tipo de enunciados, os performativos (enunciados que nunca podem ser verdadeiros nem falsos, porque têm uma outra função: «servem para efectuar uma acção. Formular um enunciado deste tipo é efectuar a acção, acção que, possivelmente, não poderíamos levar a cabo, pelo menos com a mesma precisão, de nenhuma outra maneira»¹⁰). Exemplos de enunciados performativos são as expressões: «Cala-te, e sai dele» (Lc 4,35), «Lançai as vossas redes» (Lc 5,4) «Hoje estarás comigo no paraíso» (Lc 23,43), «O seu nome é João» (Lc 1,63).

Embora não analisáveis em termos de verdade e falsidade, estes enunciados são-no numa outra dimensão: a da satisfação ou não-satisfação das condições necessárias e suficientes para o seu uso adequado ou feliz. Surge assim a chamada «teoria das infelicidades», uma teoria daquilo que pode 'correr mal' com um enunciado performativo¹¹:

1. Deve haver um procedimento, reconhecido convencionalmente, que possua determinado efeito convencional; esse procedimento tem de incluir a enunciação de certas palavras, por certas pessoas, em certas circunstâncias.

2. É necessário que, nesse procedimento, as pessoas e as circunstâncias sejam as apropriadas para desempenhar a função.

3. O procedimento deve ser executado por todos os participantes, tanto de forma correcta, como

4. completa.

5. Devo acreditar no que digo e

6. não devo contradizer-me depois.

⁹ J. L. AUSTIN, *Performativo — Constativo* in J. P. LIMA, (ed), *Linguagem e acção*, Lisboa, Apaginastantas, 1989, p.43.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ cfr. J. L. AUSTIN, *Come fare cose con le parole*, Genova, Marietti, 1987, p.20-23.

Gradualmente, porém, Austin chega à conclusão de que também as afirmações são susceptíveis de uma análise em termos de condições de 'felicidade'.

Abandona então a distinção entre enunciado constativo\enunciado performativo, *acentua o carácter performativo de toda a linguagem* e sugere a fundação de uma teoria geral e completa do que se faz ao dizer qualquer coisa, isto é, *uma teoria pragmática da linguagem*.

Mas o que é que, segundo Austin, nós fazemos ao dizermos algo?

Uma coisa que fazemos precisamente é dizer algo, ou seja, enunciamos palavras com um dado significado e certas referências. Isto é o que o autor designa por *acto ilocutivo*.

Por outro lado, ao dizermos algo, nós estamos — simultâneamente e conforme as circunstâncias — a praticar acções como, por exemplo, nomear, prometer, baptizar, perguntar, declarar, etc. É o *acto ilocutivo*.

Ainda outro tipo de coisas que fazemos - e que Austin denomina como *acto perlocutivo*- tem a ver com a produção de determinados efeitos no ouvinte: ao dizer algo, podemos, com o que dizemos, ofender, encorajar, acalmar, alarmar, irritar, convencer, alegrar.

Ao próprio Austin a distinção entre acto ilocutivo e perlocutivo suscitou grandes dificuldades até que chegou à distinção: «Os actos ilocutivos são convencionais, os actos perlocutivos não»¹². Não posso, por exemplo, prometer nada a alguém se não usar a linguagem (concebida como um conjunto de convenções) mas não é indispensável usar a linguagem quando se trata de irritar alguém (posso irritá-lo através da formulação de um pedido que ambos sabemos ele não poder atender; mas também posso irritar alguém se me vestir exactamente como ele repetidas vezes).

2.3. Os actos de linguagem

Outro importante nome da 'Ordinary Language Philosophy' é Searle, que retoma o projecto austiniano de constituir uma teoria geral da acção linguística, na obra *Speech Acts* (1969).

Para Searle¹³ toda a comunicação de natureza linguística implica actos de natureza linguística. A unidade de comunicação literária

¹² J. L. AUSTIN, *Come fare cose con le parole*, p.89.

¹³ cfr. J. R. SEARLE., *O que é um acto linguístico?* in J. P. LIMA, *Linguagem e acção*, Lisboa, Apaginastantas, 1989, p.61-85.

não é — como geralmente se supõe — o símbolo, a palavra ou a frase — nem sequer uma manifestação de símbolo, palavra ou frase —, mas a produção ou a emissão do símbolo, da palavra ou da frase no momento em que se realiza o acto de linguagem. Quer dizer, a produção ou a emissão de uma ocorrência de frase em certas condições é um acto de linguagem, e *os actos de linguagem são as unidades mínimas de base de toda a comunicação linguística*.

Modifica um pouco a concepção de Austin (não aceita, por exemplo, a distinção entre acto ilocutivo e acto locutivo) e propõe que se distinga, dentro do acto de linguagem, três tipos de actos: Actos de expressão (enunciar palavras, morfemas, orações); Actos proposicionais (referir, pregar); Actos ilocutivos (afirmar, ordenar, prometer...). A estes há ainda a ajuntar a noção de Actos perlocutivos, tal como os caracterizara Austin.

Um dos aspectos importantes da teoria apresentada por Searle é o que diz respeito à relação entre querer dizer e significado, respondendo assim à tese defendida por Grice¹⁴.

Paul Grice empreendera uma análise do querer dizer em termos de intenções. Segundo ele, um falante *F* quer dizer qualquer coisa com o enunciado *X*, se e só se *F* tem as seguintes intenções: (1) que a enunciação *E* de *X* produza um dado efeito no ouvinte *O*; (2) que *O* reconheça a intenção (1) de *F*; (3) que este reconhecimento seja, pelo menos em parte, a razão pela qual o efeito pretendido por *F* se produza em *O*. Exemplifiquemos:

(Lc 4,35):

JESUS diz ao *Demónio*
SAI DELE!
(e o demónio...sáiu dele)

Segundo Grice, se *Jesus* enuncia '*Sai dele!*' e com isso quer dizer qualquer coisa, então é porque *Jesus* tem as seguintes intenções: (1) produzir um dado efeito, nomeadamente que o *demónio* saia do homem; (2) que o *demónio* reconheça a intenção (1) de *Jesus*; (3) que este reconhecimento seja, pelo menos em parte, o motivo que leva o *demónio* a deixar o homem.

Parece evidente a necessidade da condição (1). A condição (2) é necessária porque, caso o *Demónio* tivesse saído do homem sem

¹⁴ cfr. H. P. GRICE, *Querer dizer* in J. P. LIMA, *linguagem e acção*, Lisboa, Apaginastantans, 1989, p.89-105.

sequer ter ouvido o que *Jesus* tinha dito, não diríamos que tinha atendido ao que *Jesus* tinha querido dizer. Por seu lado, mesmo que o *demónio* reconheça, por via da enunciação de *Jesus*, que este quer que ele saia, ele não atendeu ao que *Jesus* quis dizer se o motivo que o levou a sair do homem foi unicamente, por exemplo, o seu desejo de mudar de território.

A crítica de Searle a esta análise faz notar que querer dizer algo não é só uma questão de intenções, mas também de convenções: a análise de Grice não faz referência às convenções ou regras que relacionam as palavras enunciadas por *Jesus* com o que ele quer dizer, isto é, não faz referência à importância do significado das palavras de *Jesus* para o que *Jesus* quer dizer com «Sai dele!».

A julgar por Grice, ficar-se-ia com a ideia de que *Jesus* poderia querer dizer fosse o que fosse com essa expressão, se as circunstâncias lho permitissem. Donde se concluiria que as palavras «Sai dele!» seriam apenas mais uma circunstância. Mas isso não é assim. Em nenhuma circunstância por exemplo é imaginável que o efeito pretendido por *Jesus* com «Sai dele!» seja que o *demónio* permaneça no homem.

Para Searle falar uma língua é adoptar uma forma de comportamento regida por regras e estas regras são de uma grande complexidade.

Estas regras são fundamentalmente de dois tipos: Regras reguladoras (regulam formas de comportamento anteriormente existentes: por exemplo, as regras de etiqueta regulam relações interpessoais, mas estas relações existem independentemente das regras de etiqueta) e Regras constitutivas (regras que não se limitam a regular, mas criam ou definem novas regras de comportamento: por exemplo, 'a missão confiada aos Doze' (Lc 9.1-6)). E Searle defende que «há regras constitutivas subjacentes aos actos linguísticos»¹⁵.

3. Que traz de novo a pragmático-linguística?

Estas várias teorias que fomos apresentando, ajustam-se e complementam-se numa nova visão da linguagem.

O principal vector de ruptura com as concepções linguísticas tradicionais é que, quer a dita 'linguagem natural', quer a 'lingua-

¹⁵ J. R. SEARLE, *op.cit.*, p.66.

gem literária¹⁶ são identificadas como *comunicação*: «a ideia de *falar* no seu sentido pleno, que é o que interessa à linguística, é indissociável da de *querer dizer* algo a alguém; indissociável da ideia da presença de um *interlocutor* (...) que *compreende* o que se quer dizer»¹⁷, indissociável portanto da noção de *comunicação*.

E sublinhe-se que, como defende Green, «a comunicação não se reduz a um intercâmbio de expressões simbólicas: trata-se antes da correcta interpretação, por parte de um destinatário, da intenção que guia um falante no cumprimento de um acto linguístico»¹⁸. Nem a comunicação pode ser reduzida a um processo de ‘codificação’ e ‘descodificação’: este processo explica apenas como é que o ouvinte\leitor vem a saber o que o falante\autor *diz*, mas não como ele compreende o que o falante\autor *quis dizer*. Ao simples esquema ‘codificação’\‘descodificação’ escapam, por exemplo, todos os usos não-directos da linguagem: a metáfora, a ironia, a insinuação, a contradição aparente, etc. Esse esquema tende a considerar a linguagem como um mero veículo para transmitir informações.

Contra este reducionismo colocou-se, como acima vimos, o Wittgenstein das ‘Investigações filosóficas’, tomando posições que fizeram dele um precursor do ponto de vista pragmático nos estudos linguísticos (sobretudo ao introduzir a *identificação do significado com o uso* e ao criar a noção de *jogo de linguagem*).

Mas a formulação que decidiria, em grande parte, a fortuna crítica da Pragmática linguística é a do *carácter performativo de toda a linguagem* ou *dos actos de linguagem* (speech acts). Um ‘acto de linguagem’ «é um acto levado a cabo quando um falante produz um enunciado...num tipo específico de situação comunicativa... Um acto de fala não é apenas um acto de falar ou de ‘querer dizer’, mas é sobretudo, e de maneira decisiva, *um acto social*, por meio do qual os membros de uma comunidade falante entram em *interacção*

¹⁶ Remeto a discussão sobre ‘Actos de linguagem’ e ‘natureza da literatura’ para dois interessantes ensaios incluídos na antologia de J. A. MAYORAL (ed), *Pragmática de la comunicación literaria*, Madrid, Arco, 1987: refiro-me a *Los actos de habla y la definición de la Literatura* (p.11-34), de R. Ohmann (aqui se defende, nomeadamente, que a literatura faz um uso «mimético» dos actos de linguagem ‘naturais’) e a *La Pragmática de la Comunicación Literaria* (p.171-194), de T. Van Dijk (onde se diz que a literatura constitui um ‘acto de habla particular’).

¹⁷ J. P. LIMA, *Uma Linguística Pragmática ou uma Pragmática em Linguística?* in J. P. LIMA, (ed), *Linguagem e acção*, Lisboa, Apaginastantans, 1989, p.10-11.

¹⁸ G. M. GREEN, *op.cit.*, p.1.

*mútua*¹⁹. Porque «no autor se presume não só uma ‘mera’ intenção de informar; pelo contrário, a sua intenção ‘narrativa’ de transmitir está ao serviço de um efeito já previsto como verdadeira finalidade, e que ele quer provocar no receptor»²⁰.

Este é, sem dúvida, um modo muito novo e rico de possibilidades para a leitura, em Igreja, do texto bíblico.

JOSÉ TOLENTINO MENDONÇA

¹⁹ VAN DIJK, T.A., *La Pragmática de la comunicación literaria* in MAYORAL, José A., *Pragmática de la comunicación literaria*, Madrid, Arco, 1987, p.172.

²⁰ LENTZEN-DEIS, *Avances metodológicos de la exegesis para la praxis de hoy*, Bogotá, Paulinas, 1990, p.14.